

*Nascentes***ESPAÇO E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS:
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COMPONENTE CURRICULAR
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA***Wermerson Meira Silva***João Diogenes Ferreira dos Santos***

RESUMO: Este artigo advém de um trabalho realizado na disciplina Identidade, Espaço e Memória do PGCULT – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, que cursei por meio do intercâmbio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica-PROCAD/CAPES, uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e o PGCULT da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O artigo foi construído através da análise de como se relaciona o espaço e as Tecnologias Assistivas (TA), objetiva compreender de que forma o espaço vinculado com as Tecnologias Assistivas pode contribuir para o componente curricular História e Cultura Afro-brasileira e Africana, na educação dos/as surdos/as, no curso de licenciatura em Letras/Libras, e como essa disciplina pode ser representada em Libras para o contexto inclusivo do ensino superior da Universidade Federal do Maranhão, campus São Luís. Os referenciais teóricos que nortearam esse trabalho foram: Lévy (1999), Soares (1998); Canelas (2011); Gesser (2009) e Raffestin (2010). A metodologia adotada foi Análise de Narrativa, tendo por técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada e Análise documental do curso Letras/Libras da referida Universidade. As entrevistas foram realizadas com uma docente do quadro efetivo do curso Letras/Libras e um discente surdo matriculado no curso em licenciatura em Letras/Libras da UFMA/Campus de São Luís, Dessa forma o campo de pesquisa, no âmbito acadêmico, foi abordando as tecnologias assistivas que possam contribuir para ampliação das habilidades de comunicação e da resolução de dificuldades funcionais no acesso no Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Memória; Ensino Superior; Educação Inclusiva.

Introdução

Este artigo advém de um trabalho realizado na disciplina Identidade, Espaço e Memória ao PGCULT - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, que cursei por meio do intercâmbio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica-PROCAD/CAPES, uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e o PGCULT da Universidade Federal do

* Mestre em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Professor Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

** Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP). Professor titular, nível B, da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs). Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Pesquisador do Museu Pedagógico. Realizou estágio pós-doutoral no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos na Universidade Federal da Bahia (Ufba).

Maranhão (UFMA). O PROCAD é um termo criado para pensar a produção científica e o intercâmbio entre profissionais de diferentes instituições e áreas de atuação, e irá somar com as iniciativas de melhoria do Programa de Pós-Graduação da UFMA, o qual serve de alicerce para a conclusão de pesquisas já iniciadas e o desenvolvimento de novas pesquisas, fortalecendo, ainda, a colaboração entre todos os programas envolvidos.

O artigo foi construído através da análise de como se relaciona o espaço e as Tecnologias Assistivas (TA). Importante saber que estas tecnologias são compostas por conhecimentos multidisciplinares os quais englobam recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços, ampliando participação de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida no contexto do ensino superior inclusivo, no componente curricular História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e na Educação dos/as surdos/as. Este artigo objetiva compreender de que forma o espaço vinculado com as Tecnologias Assistivas pode contribuir para o componente curricular História e Cultura Afro-brasileira e Africana, na educação dos/as surdos/as, no curso de licenciatura em Letras/Libras, e como essa disciplina pode ser representada em Libras para o contexto inclusivo do ensino superior da Universidade Federal do Maranhão, campus São Luís.

Especificamente, averiguar, no contexto inclusivo do ensino superior da Universidade Federal do Maranhão, campus São Luís, do curso em licenciatura em Letras/Libras, os espaços e tecnologias assistivas utilizadas pelos/as surdos/as no que se refere ao componente curricular História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Os referenciais teóricos que nortearam esse trabalho foram: Lévy (1999), Soares (1998); Canelas (2011); Gesser (2009) e Raffestin (2010). A metodologia adotada foi Análise de Narrativa, tendo por técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada e Análise documental do curso Letras/Libras da referida Universidade.

As entrevistas foram realizadas com uma docente do quadro efetivo do curso Letras/Libras e um discente surdo matriculado no curso em licenciatura em Letras/Libras da UFMA/Campus de São Luís, com vinte e cinco anos e que se encontrava no último semestre, portanto, já havia cursado o componente curricular História e Cultura Afro-brasileira e Africana no curso em Letras/Libras. Nós os identificamos com os nomes fictícios Omí, para a docente, e Aiyé, para o discente, no intuito de preservar a identidade desses sujeitos.

O uso das tecnologias no espaço de aprendizagem deve ir além das máquinas, do mesmo modo, recomendar uma proposta curricular de forma explícita, intencional e com indicativos para a organização e suas aplicações tecnológicas. O conjunto das ações de ensino e aprendizagem necessita acontecer em consonância aos currículos inclusivos para que os/as

surdos/as se sintam incluídos/as e potencializem as suas práticas comunicacionais interativas.

Dessa forma, desponta em um campo de pesquisa, no âmbito acadêmico, desenvolvimento de ações de formação continuada e produção de materiais, contemplando e abordando as tecnologias assistivas que possam contribuir para ampliação das habilidades de comunicação e da resolução de dificuldades funcionais no acesso e participação das comunidades surdas, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior.

Territórios como Construção do Saber

Nesse trabalho discutiremos uma vertente conceitual de espaço e território, na perspectiva da construção do saber, dessa forma, fundamentamos nossa discussão nos estudos teóricos de Claude Raffesting (1993) apresentados no seu livro “Por Uma Geografia do Poder”, lançado em língua francesa, em 1998. Diante disso, em seus escritos encontramos o seguinte conceito para território.

Espaço e território não são termos equivalentes. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc. (RAFFESTING, 1993, p.143)

Podemos observar que o autor constrói um conceito para território, desconstruindo uma possível equivalência entre os termos território e espaço. Nessa concepção, o território é produzido, conquistado por seus produtores e se modifica conforme as movimentações e contextos sociais, econômicos, culturais, ambientais, por exemplo. O território torna-se um limite no espaço, o que quer dizer que cada grupo humano constrói seu território, delimitando sua área em um espaço. O território é a expressão da realidade socioespacial.

Esta ação de construção de territórios gera uma produção de conhecimento ao mesmo tempo em que é resultado da base de saberes e fazeres de seus construtores. Existe um saber que é determinante para seus construtores na escolha de um determinado espaço para construção de um território. Podemos citar como exemplo a formação de territórios quilombolas no Brasil, sob a égide da escravização de povos africanos. A ocupação de determinado espaço para se tornar um quilombo, era escolhido, tendo em vista, principalmente, a distância geográfica segura dos senhores escravistas. Mas, também, este espaço tinha que oferecer condições de sobrevivência, possibilitando a produção de alimentos, acesso à água,

estabelecimentos de relações para fornecimento de produtos e circulação de mercadorias e informações importantes para a segurança de seus territórios, perseguidos pelos poderes coloniais (GOMES, 1997). Havia, neste processo, uma produção de conhecimento.

Conforme Raffesting (1993), a produção do conhecimento dos indivíduos ou os grupos que ocupam os espaços pode ser alocada de forma aleatória, regulares ou concentradas, conseqüentemente, produzindo a acessibilidade para muitos e possibilitando interações independentemente da distância. O autor nos explica que essa distância “pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais psicológicos ou econômicos” (RAFFESTING, 1993, p. 150). Ainda de acordo com o autor, a distância refere-se também “à interação entre diferentes locais. Podem ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e procura que provêm dos indivíduos e/ou dos grupos” (RAFFESTING, 1993, p. 150).

Neste processo interacional, a circulação e a comunicação são simultâneas, pois, os “homens ou os bens que circulam são portadores de uma informação e, assim, comunicam alguma coisa. Da mesma forma, a informação comunicada é, ao mesmo tempo, um bem que circula”. (RAFFESTING, 1993, p. 201).

O autor nos leva a entender que a circulação e a comunicação têm estratégias próprias que contribuem na modelagem do espaço, tendo nas redes informacionais uma aliada de peso para estruturação de territórios. Quanto mais organizada a rede de informação maiores possibilidades. Nesse sentido, a noção de rede tornou-se onipresente e mais que onipotente, pois parece com uma chave universal para tudo explicar e mover (CANELAS, 2011).

Compreende-se, assim, que a rede de informação agrupa pessoas e organizações, no intuito de realizar Redes de informação; reúnem pessoas e organizações para socialização, interação e trocas de informações, ao mesmo tempo em que possibilita uma organização de pessoas, grupos, relacionamentos, serviços etc. Neste sentido, buscamos a definição de rede de Vieira que vai ao encontro do que foi exposto:

Um conjunto de sistema de informação e/ou comunicação – descentralizados, intercomunicantes, formados por unidades funcionais independentes, com serviços e funções inter-relacionados – cuja interação é presidida por acordos de cooperação e adoção de normas comuns. (VIEIRA, 1994, p.29)

Essas redes de informação são também geradoras de conhecimento, na medida em que favorecem a interrelação entre pontos de interesses e interessados. Desta forma, as redes de informação organizam o conhecimento através de assuntos, tendo em vista a sua difusão.

Este tipo de rede tem um impacto na área da educação, principalmente quando se trata da Internet.

A integração das Tecnologias Assistivas com a Internet permitem a inserção de todos na sociedade da informação, sendo pessoas com deficiência ou não, possibilitando acesso aos serviços tecnológicos, dotadas com sistemas multiagentes dedicados e especializados nas Tecnologias Assistivas.

Tecnologias Assistivas na Educação Inclusiva para Surdos e Surdas

Antes de entrarmos na discussão a respeito das tecnologias assistivas na educação de surdos/as é necessário evidenciarmos o reconhecimento da língua natural Libras, oficializado em 24 de abril, a Lei 10.436/2002.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p. 1)

A oficialização de Libras no país deu o direito às comunidades surdas a transmissão de ideias, fatos, expressão e comunicação, na perspectiva inclusiva, e sua capacidade nos diferentes contextos sociais. Dessa forma, a alfabetização na perspectiva do letramento para os/as surdos/as ocorre em reconhecer que o processo de aprendizagem escolar deve acontecer na língua natural dos/das surdos/as de Libras, e na língua portuguesa, como língua oficial do país.

O letramento não pode ser considerado um “instrumento” neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido, mas é essencialmente um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais (SOARES, 1998).

Nesse sentido, nas escolas inclusivas, as práticas na sala de aula devem ser orientadas de modo que promovam a alfabetização, na perspectiva do letramento, através das habilidades para a efetivação da escrita.

[...] implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir

ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...: habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mãos desses protocolos, ao escrever: atitudes de inserção efetiva da escrita no mundo da escrita, tendo interesse e informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor [...]. (SOARES, 1998, p.92)

Ao trabalhar os conteúdos na sala de aula, através de uma língua que contemple as especificidades do aprendiz, no caso a língua de sinais para os/as surdos/as, as funções da escrita como sua segunda língua será despertada, potencializando o seu progresso e reflexões críticas na sociedade. Para associarmos novamente a importância de direcionar os conhecimentos produzidos em sala de aula, no contexto inclusivo para os/as surdos/as, faz-se necessário garantir a sua língua natural, a Libras, oficializada pela Lei nº 10.436/2002.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p.3)

Relacionar as Leis e considerar as limitações ainda enfrentadas pelos estudantes de Libras, Tradutores, Intérpretes e Educadores de surdos/as, no que se refere às tecnologias assistivas, é de suma importância no processo de ensino e aprendizagem dos discentes surdos/as. Para a autora Gesser:

O alfabeto manual, utilizado para soletrar manualmente as palavras, também referido como soletramento digital ou datilologia, é apenas um recurso utilizado por falantes da língua de sinais. Não é uma língua, e sim um código de representação das letras alfabéticas. (GESSER, 2009, p. 28)

Dessa forma, o alfabeto manual é utilizado como recurso para soletrar nomes próprios, lugares, países, siglas, ou algum termo que não existe na língua de sinais. Assim, as palavras em língua portuguesa são emprestadas para Libras e esse empréstimo linguístico é inserido para representar a ortografia da língua portuguesa.

No entanto, para a autora Gesser (2009), precisamos ter cautela em não concebermos que a língua de sinais seja limitada e, muito menos, pensarmos que a soletração seja a única forma de expressão comunicativa, uma adaptação de letras realizadas e convencionalizadas, partindo da língua oral.

É necessário saber que dentro da estrutura de Libras existem os aspectos linguísticos de uma língua natural (fonologia, morfologia, semântica, pragmática sintaxe) que, por esse motivo, faz com que ela tenha autonomia, não dependendo da língua portuguesa.

Dessa forma, o processo ensino e aprendizagem de Libras, a entrada da comunidade surda nas escolas e universidades públicas ofereceu oportunidades aos profissionais da educação para eles difundirem a língua e aplicarem novas metodologias de ensino e aprendizagem, utilizando as tecnologias assistivas. Atualmente, sabe-se que:

São inúmeros os recursos didáticos que podem ser utilizados na educação de surdos. O aspecto que faz a diferença é, sem dúvida, a criatividade do professor. Muitos recursos surgem no dia-dia, quando o professor se vê diante de uma situação em que se faz necessário algum apoio material para que consiga alcançar, de forma eficaz, a compreensão da criança, ou para que a mesma consiga acessar o conhecimento de forma plena. (QUADROS;SCHMIEDT, 2006, p. 99)

Assim, é possível compreender que a partir das explicitações acima, o objetivo da educação inclusiva é a promoção de uma educação acessível a todos os indivíduos – independente das necessidades especiais que possuam. Porém, é preciso reavaliar desde as políticas educacionais nas esferas Federal, Estadual, Municipal, bem como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), a utilização das tecnologias assistivas como recurso nos ambientes inclusivos e seus desenvolvimentos nas práticas pedagógicas, acolhendo as diferenças e possibilitando diversas formas de transmissão dos conhecimentos para os/as discentes e docentes, facilitando a busca de conhecimentos e interação social.

As Tecnologias Assistivas (TA) e seus impactos na área de educação têm se tornado cada vez mais uma ponte de abertura de um novo horizonte nos processos de aprendizagens e desenvolvimento de discentes com deficiência. Neste contexto, o uso das tecnologias assistivas para discentes surdos/as, principalmente as associadas à internet, possibilitam acesso às informações e contribuem para a comunicação de pessoas surdas, favorecendo o surgimento de novas formas de interações com a cultura e o registro das narrativas surdas.

Dentre os recursos tecnológicos mais utilizados estão às redes digitais diversas como, por exemplo, os blogs, os sistemas de pesquisa, redes sociais, aplicativos online e off-line, sites, e-books, dentre outros, que têm proporcionado visibilidade às reivindicações da comunidade surda e a difusão de uma língua e produções culturais.

Segundo Kenski (2003) tecnologia é o conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, a construção e a utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade. No senso comum a ideia de tecnologia é associada quase exclusivamente a de equipamentos ou dispositivos materiais de execução para atividades e tarefas associadas a ferramentas ou produtos úteis.

Para Lévy (1999) as tecnologias estão presentes em cada uma das pegadas que o ser humano deixou sobre a terra, ao longo da história, desde um pedaço de madeira que serve como bengala às mais modernas, todas sempre estiveram muito próximas do homem e da

humanidade. É importante considerar que a história da humanidade sempre foi fortemente permeada não somente pelas relações entre o ser humano e pelas representações culturais como, também, pelas técnicas e conhecimento de recursos materiais que os viabilizaram ou que foram produzidos por essas relações e representações.

Lévy considera que é impossível separar o humano do seu ambiente material. Para o autor:

Não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal, junto com a linguagem e as interações sociais complexas. (LÉVY, 1999, p.21)

Fica evidente que não seria a tecnologia, como algo independente, que atuaria ou agiria de forma externa sobre as culturas e as relações entre os seres humanos na sociedade. O que existe é um grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam as diferentes formas e técnicas (LÉVY, 1999).

Neste contexto, surge a tecnologia assistiva objetivando independência, qualidade de vida e inclusão social, ampliação da comunicação, da mobilidade, controle do ambiente e apoio às habilidades para o trabalho. Nesse sentido, Bersch (2013) afirma que para as pessoas com deficiência, a tecnologia assistiva tornam as possíveis o reconhecimento das teorias subjacentes e suas práticas utilizadas no âmbito das tecnologias assistivas, bem como a sua importância para discentes surdos/as no processo sócio educacional.

Sendo assim, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), constituído por dezenove (19) profissionais, sintonizados com pessoas com deficiências em suas áreas de atuação e representantes dos Órgãos Públicos Federais, propõe providências no sentido de acessibilidade às tecnologias disponíveis no mundo das tecnologias, permitindo inclusão plena e abrangente na sociedade.

O grupo de especialistas brasileiros, que elaboraram conceito brasileiro de TA e aprovou o uso do termo Tecnologias Assistivas, após estudar as diferentes nomenclaturas usadas para Tecnologia Assistiva e Tecnologia de Apoio, Ajudas Técnicas. Assim, em 14 de dezembro de 2013, o CAT adotou o seguinte conceito:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.” (CORDE – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII). (BERSCH, 2013, p.4)

Vale salientar que as nomenclaturas Tecnologias Assistivas e Ajudas Técnicas, são usadas como sinônimos. No que diz respeito às relações de trabalho e de educação na sociedade, com respeito à Tecnologia Assistiva, o Decreto 3298 de 1999, no artigo 19, aponta o direito do cidadão brasileiro com deficiência às ajudas técnicas como elementos que permitem superar as barreiras de comunicação, como no caso do sujeito surdo (BERSCH, 2013).

Na área de educação, as tecnologias assistivas têm se tornado cada vez mais uma ponte de abertura de um novo horizonte nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência.

A aplicação da Tecnologia Assistiva na Educação vai além de simplesmente auxiliar o aluno e fazer tarefas pretendidas. Nela encontramos meios do aluno ser e atuar de forma construtiva, no seu processo de desenvolvimento. (BERSCH; TONOLLI, 2006, p.92),

Percebe-se que as Tecnologias Assistiva, para discentes surdos/as, possibilitam o acesso a informações e contribuem para a comunicação de pessoas surdas, fazendo surgir novas formas de interações com a cultura e o registro das narrativas surdas da comunidade surda e a difusão de uma língua e produções culturais.

O uso da internet ofereceu um novo sentido à comunidade surda; o sentimento de “fazer parte de” ou “ser parte de” evidencia, com as experiências vividas e compartilhadas, que somadas as mudanças tecnológicas possibilitam diferentes maneiras de convívio e de organização dos encontros entre pessoas, os mesmos podem auxiliar na vida cotidiana, contribuir com a comunicação com as pessoas ouvintes, auxiliar na mobilidade, dentre tantos outros.

Além disso, as novas formas de interação ocorreram com o surgimento de ferramentas capazes de unir texto, imagem, vídeo, em suportes impressos e digitais, em meios a TV, computador, celular, notebook etc. Tais aspectos mostram-se relevantes ao considerar novas formas de abordagem da educação de Surdos e as características visuais deste público.

Fora do ambiente virtual, os registros realizados, quase sempre através da escrita, são fortemente ligados à oralidade não atendendo a realidade e especificidades da pessoa surda. Segundo Scallenberger (2010), o fato de ter espaços inacessíveis fazem com que os/as surdos/as se sintam excluídos das produções culturais por não ter acesso aos conteúdos em sua língua natural.

No cenário brasileiro, embora a Lei nº 10.436/2002 tenha reconhecido a Libras como meio de comunicação dos/as surdos/as, o Art. 4º, parágrafo único, proíbe que o ensino da língua portuguesa seja substituído pelo de Libras, na modalidade escrita (BRASIL, 2002). Sendo assim, os surdos podem se expressar em Libras, mas o registro deve acontecer na

língua oficial do país, escrita. No processo de alfabetização para discentes surdos/as, “os profissionais não acreditam que através da língua de sinais seja, de fato, possível discutir os avanços científicos e tecnológicos que cabem à escola trabalhar” (QUADROS, 2004, p. 4).

Resultados e discussão

Salutar a importância dos sujeitos da pesquisa para a realização desse artigo. Encontramos na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) a professora Omí, ministrante da disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, e o discente surdo Aiyé. O discente participante dessa pesquisa tornou-se único por não encontrarmos outro discente surdo no referido curso, no período das entrevistas. A escolha da UFMA ocorreu pelos laços estreitados com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), através de convênio. Nomina-mos a docente de Omí e o discente de Aiyé para preservar a identidade desses sujeitos. A entrevista foi a técnica utilizada para colhermos as impressões da docente e do discente sobre o componente curricular História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a sua influência no curso em Licenciatura em Letras Libras.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), do curso de graduação em Licenciatura em Letras e Libras, modalidade presencial, é ofertado em oito semestres, com carga horária de 3.435 horas, distribuídas em 177 créditos teóricos, práticos e especiais. O número de vagas era de 50, com entrada única. O objetivo do curso foi uma tentativa de reparar uma lacuna de formação profissional existente na área de ensino de Libras no Estado, bem como o cumprimento do decreto, que exige formação superior para os profissionais de Libras (PPP, 2014).

No que se refere à formação do profissional docente de Libras, o capítulo III do Decreto 5.626/2005 no Artigo 4º, diz:

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Com isso segundo o PPP explica:

O Estado do Maranhão ainda não tem nenhum curso de graduação nem de pós-graduação no sistema público de ensino. Este espaço tem sido preenchido pela iniciativa privada, somente em nível de pós-graduação lato sensu, a qual, na maioria das vezes, conta com um corpo docente com formação não suficiente, tendo em vista a dificuldade de formação nessa área específica. Frente ao exposto, justificamos a criação de graduação em letras-licenciatura em Língua Brasileira de Sinais, por representar a possibilidade de atender a carência de qualificação de profissionais e com perfil que a sociedade inclusiva requer, bem como acelerar o

processo de inclusão dos surdos nos espaços sociais, formando docentes que tenham Libras como primeira língua. (PPP, 2014, p.9)

O currículo educacional emerge nas discussões e valorização da diversidade que tem como marco as diferenças, resgatando e reconhecendo as mais variadas marcas sociais, educacionais, históricas e sociais. De acordo com Candau:

A educação intercultural não pode ser reduzida a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais. Trata-se de um enfoque global que deve afetar todos os atores e todas as dimensões do processo educativo, assim como os diferentes âmbitos em que ele se desenvolve. No que diz respeito à escola, afeta a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do/a professor/a, a relação com a comunidade etc. (CANDAU, 2008, p. 9)

Também o PPP afirma:

O objetivo geral do curso é formar profissionais aptos a atuarem na Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, na área de Língua Brasileira de Sinais, tanto como primeira língua, quanto como segunda língua. Os objetivos específicos são:

- a) Propiciar uma fundamentação teórico-metodológica que consistente na área de Libras, para que o profissional possa lidar, de forma crítica e reflexiva, com as diferentes linguagens, e possa atuar inter e transdisciplinaridade no contexto em que se insere.
- b) Preparar o profissional de Libras para que busque novos contextos educacionais na contemporaneidade, estando apto a inserir-se no mundo do trabalho.
- c) Propiciar uma formação que conduza o profissional de LIBRAS à reflexão e à reconstrução permanente de sua prática, pautando sua atuação na ética profissional e desenvolvendo uma atitude favorável à formação continuada.
- d) Promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, articulando-os com a realidade social e com os pressupostos inclusivos. (2014, p. 10)

Esse perfil, traçado pelo curso para a formação dos/as futuros/as licenciados/as em letras/libras, deve considerar práticas pedagógicas que atendam a heterogeneidade, desconstruindo preconceitos e estereótipos. Também se faz necessária uma reflexão da efetivação da Lei 10.639/2003 nos currículos escolares, produzindo um currículo baseado nas concepções interculturais, que reflita, problematize e represente as diferenças, atendendo as especificidades de cada um/uma. Essas formulações do currículo, expostas acima, devem ser entendidas na dimensão política, a fim de contribuir em favor das relações étnico-raciais.

Na Educação, a Lei 10.639, promulgada em 09 de janeiro de 2003, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹, foi resultado de uma reivindicação histórica da população negra brasileira. Essa Lei consiste na obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-

¹ Período do mandato [2003 a 2011].

brasileira e Africana, no currículo regular do sistema de ensino brasileiro, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 2003, p.1)

Para a professora Omí (2020):

Essas discussões devem perpassar o currículo, o que diz a lei 10.639, não é só inserir uma disciplina essa é minha opinião para mim a preocupação não é colocar por pensar que esse aluno será o professor e precisará dessa discussão, mas o momento que se coloca essa discussão, no Letras/ Libras para mim é uma tentativa de esconder, trabalhar e findar a discussão deveria trabalhar não só em uma, mas várias do currículo. Eu vejo como problema, deve ser trabalhado transversalmente perpassando todas as áreas, isso não acontece aí já é um problema.

Em conformidade com o discente Ayié (2020):

A lei 10.639 é uma lei legal que complementa a disciplina na inclusão no Letras/ Libras precisa interpretar a respeito do trabalho de pedagogia. Tradutores e Intérpretes da Língua de Sinais precisam ter ética, sem preconceito, sem estigmas, sem separação e nem divisão. Discutir no Letras/ Libras nos âmbitos, convidados pesquisadores sobre a temática, fazendo parcerias, para que nos traga informações e quebre os preconceitos como se refere a lei 10.639.

Isso nos mostra o quanto o conhecimento e as informações referentes à lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003) ainda é pouco trabalhada nas universidades e escolas, bem como a escassez de materiais pedagógicos para trabalhar e discutir a respeito do componente curricular História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas.

Ainda que os aspectos centrais do currículo para aplicar com discentes com deficiência, é registrado por Silva:

O currículo precisa ser entendido como um processo de construção social, atravessados por relações de poder que fizeram e fazem com que tenhamos esta definição determinada de currículo e não outra, e fizeram e fazem com que o currículo inclua um tipo determinado de conhecimento e não outro”. Ele deve contribuir para a construção da identidade do aluno na medida em que ressalta a individualidade e o contexto social que estão inseridos. (SILVA, 2011, p. 135)

O currículo, para uma escola inclusiva, não deve se referir apenas às adaptações feitas para acomodar os/as discentes, mas, sim, em uma nova forma de concepção curricular que deva atender a diversidade do alunado da escola. O professor deve ser preparado de forma a ser capaz de preparar e coordenar as atividades em sala de aula para que todos os/as discentes se sintam abarcados no trabalho pedagógico.

Conforme explica Arroyo (2007), é dever do Estado, através das suas políticas, garantir o direito à cultura, identidade, diversidade dos coletivos étnico-raciais. No PPP do curso o componente curricular História Cultura Africana e Indígena, apresentada como disciplina eletiva expõe que:

As disciplinas eletivas possibilitam ao licenciado o aprofundamento de estudos na área dos conhecimentos específicos e possuem caráter investigativo e interventivo. Possuem como finalidade se centra em enriquecer o processo de ensino e de aprendizagem, valorizando a complementação sociocultural e profissional do licenciado. (2014, p. 15)

A respeito da disciplina eletiva o discente Ayié (2020) destaca:

Referente ao PPP essa disciplina História e Cultura Africana e Indígena estão registrada como disciplina eletiva, os surdos não se interessam porque nunca foram ofertadas, temos a necessidade de se discutir como roda de conversa e projetos da área. Mas o curso está preocupado com outras discussões, acredito que devido à falta dessa disciplina, muitos negros não interessam no curso Letras/ Libras uma formação tão importante fora dos muros da universidade, e mais complicado conhecer a teoria, congressos parecem que são temáticas retiradas. Acho importante incluir na grade obrigatória, como licenciado em Letras/ Libras quando me deparar com as experiências na sala de aula, aí sim, poderá sentir a falta de conteúdo eu possa abordar a História e Cultura Africana e Indígena. A atualização do projeto do curso é fundamental, porque depende da nossa formação, do nosso eu, quando penso na minha formação, eu busco estratégias metodológicas dentro do espaço, para levar métodos pra sala de aula, no que diz respeito ao negro, religiosidade, Africanidades, temáticas que surdos e ouvintes precisam saber.

No que se refere à ementa desse componente o PPP cita:

A cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar: a Lei nº 11.645/2008 na sala de aula. O trabalho do professor de Libras com a diversidade étnico-racial. A cultura indígena e suas influências na formação cultural brasileira. Estruturas socioculturais da África portuguesa e suas influências sobre o Brasil. (PPP, 2014, p. 43)

O discente argumenta que na ementa:

É necessário pensar na atualização ementaria da disciplina História e Cultura Africana e Indígena discutindo a interdisciplinaridade dessa disciplina como outras, incluir materiais atualizados que contribuem para na nossa formação. Os grupos étnicos são muito importantes, as comunidades surdas dentro delas existem negros, índios, brancos, sem se fazer distinções dentro dessas comunidades, a gente perde a chance de conhecer o outro, conhecer as características dela, por que o

negro tem os seus comportamentos diferentes de cada um de nós, os sinais da suas religiosidades, os sinais de novos grupos que os surdos ainda não conhecem a respeito da África na libras, sinais materiais linguísticas precisam obter a identidade surda, os ouvintes demandam informações, intérpretes hábeis, éticos, respeitando as culturas diversas, se sensibilizando com a causa, o negro surdo ouvinte, o negro gay, essa diversidade precisam está no curso Letras/ Libras em todas as áreas. (AYIÉ, 2020)

Percebemos que o discente faz inferência a identidade e diferença, não como produção das criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Com isso, Tomaz Tadeu, quando relata que:

A identidade e diferença são resultado de atos de criação da linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. É apenas por meio da fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. (DA SILVA, 2000, p. 76)

No que se refere aos eventos e/ou projetos relacionados com o curso, encontramos no PPP (2014):

Os eventos científico-culturais são importantes porque proporcionam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, no momento em que nesses eventos se realiza a atualização constante do aluno, por meio de sua participação com apresentação de trabalhos científicos; divulgação de pesquisas; divulgação de trabalhos artístico-culturais; redação de textos científicos; domínio de novas tecnologias e pluralidade cultural, dentre outras atividades afins. (PPP, 2014, p. 53)

Em relação aos projetos e eventos, o discente observa:

Essas discussões que o Letras/ Libras não oferecem, decidi procurar em outras redes midiáticas a respeito dessa temática, e encontrei o canal Axé Libras do professor Wermerson Silva, que trás discussões a respeito da Africanidades, um trabalho que precisa ser incluindo dentro da nossa universidade, conteúdos que nos ajudam a trabalhar com as relações étnicas-raciais, conhecer as pessoas e também as comunidades surdas. Faz-se necessário buscar parcerias com pesquisadores dessa temática, até mesmo com o professor Wermerson, para que ele possa apresentar as suas experiências da Bahia, da criação de sinais-termos da língua yorubá para a Libras, pois quanto mais sinais a gente aprende mais intelectuais nos tornamos, e esses conhecimentos poderão nos ajudar bastante. (AYIÉ, 2020)

Conseguimos perceber na fala do discente a necessidade de incluir no curso o uso das tecnologias assistivas, principalmente, àquelas associadas aos usos da internet, que possibilitam o acesso e as informações que contribuem para a aprendizagem de novos conhecimentos, fazendo surgir novas formas de interações com a cultura e o registro das suas narrativas.

Nas ações detalhadas do PPP (2014), podemos destacar o primeiro ponto:

Atualização anual dos programas das disciplinas (plano de ensino) pelos professores do curso, visando atendimento das ementas e atualização da bibliografia, tendo como base atitudes, habilidades e competências do perfil estabelecido. (PPP, 2014, p. 56)

Em se tratando da formação do profissional em Letras/ Libras, o discente expõe:

O curso Letras/ Libras é importante para conhecer essa diversidade, sobre o negro, grupos diversos para que essas discussões perpassem em todas as áreas, o profissional precisa, experienciar o fazer na sala de aula, os discentes trazem essas discussões reais do meio em que vivem a gente enquanto profissional precisamos estar prontos, abrir o leque de conhecimentos culturais, da memória, do esporte, como por exemplo, a capoeira, dança penteados de cabelos, batuques, dentre outros que fazem parte da linguística e cultural e literária. (AYIÉ, 2020)

Dessa forma, o PPP fundamenta a prática pedagógica da instituição e as necessidades específicas dos discentes, no qual o currículo deve propiciar a criação, a produção de saberes, não apenas a reprodução da história, mas a construção de sua própria história, reconhecendo os grupos diversos encontrados na sala de aula.

Considerações finais

Mediante o que foi abordado, podemos concluir que as Tecnologias Assistivas, no espaço da sala de aula de aprendizagem, devem ir além das máquinas, sendo fundamental uma proposta curricular que esteja de acordo com o PPP, levando em consideração a proposta curricular e sua objetividade nas intenções e nos indicativos para a organização do seu uso.

Dessa forma, é essencial pautar discussões que fortaleçam o uso das Tecnologias Assistivas para as pessoas surdas, evidenciando a inclusão e o acesso aos conhecimentos com as diferentes interfaces midiáticas. Portanto, o conjunto das ações de ensino e aprendizagem deve acontecer nos currículos inclusivos para que os/as surdos/surdas se sintam incluídos e potencializem as suas práticas comunicacionais interativas.

Nesse sentido, faz-se necessário conhecer as TA e cobrar dos órgãos públicos e privados melhores condições, sobretudo quando se trata de acessibilidade e educação, oportunizando conhecimento dos/das discentes e suas necessidades específicas. Levar em consideração que as formas de produzir conhecimento e dos seres humanos se comunicarem, interagirem, foram ampliadas com o surgimento das novas tecnologias e a educação não pode ignorar essa presença marcante dos recursos tecnológicos.

Destarte, incentivamos mais pesquisas nesta perspectiva, ações no sentido de formação continuada e produção de materiais, contemplando e abordando as tecnologias assistivas que venham contribuir para ampliar as habilidades de comunicação e a resolução de dificuldades funcionais de acesso e participação das comunidades surdas, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior.

SPACE AND ASSISTIVE TECHNOLOGIES: INCLUSIVE EDUCATION IN THE CURRICULUM COMPONENT AFRO-BRAZILIAN AND AFRICAN HISTORY AND CULTURE

ABSTRACT: This article comes from a work carried out in the subject Identity, Space and Memory at PGCULT - Graduate Program in Culture and Society, which I attended through the exchange of the National Academic Cooperation Program-PROCAD/CAPEES, a partnership between the Program of Postgraduate studies in Memory: Language and Society at the State University of Southwest Bahia (UESB) and the PGCULT at the Federal University of Maranhão (UFMA). The article was built through the analysis of how space and Assistive Technologies (AT) are related. It aims to understand how the space linked to Assistive Technologies can contribute to the curricular component of Afro-Brazilian and African History and Culture in education of the deaf, in the Licentiate course in Letters/Libras, and how this discipline can be represented in Libras for the inclusive context of higher education at the Federal University of Maranhão, São Luís campus. The theoretical references that guided this work were : Lévy (1999), Soares (1998); Shins (2011); Gesser (2009) and Raffestin (2010). The methodology adopted was Narrative Analysis, using semi-structured interviews and documental analysis of the course Letters/Libras at the aforementioned University as the data collection technique. The interviews were carried out with a professor from the permanent staff of the Letras/Libras course and a deaf student enrolled in the Licentiate Degree course in Letters/Libras at UFMA/Campus de São Luís. assistive technologies that can contribute to the expansion of communication skills and the resolution of functional difficulties in accessing higher education.

KEYWORDS: Pounds; Memory; University education; Inclusive education.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 10 abril. 2020.

_____. *Lei No 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 abril. 2020.

_____. Ministério Público de Pernambuco. *50 anos da marcha de Selma a Montgomery A conquista do direito ao voto*. Disponível: http://www.mppe.mp.br/mppe/files/GT-Racismo/Informativo_GT-Racismo_n_34.pdf. Acesso em: 10 abril. 2020.

_____. *Constituição (2002)*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002, Brasília, DF.

_____. *Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BERSCH, Rita; TONOLLI, de José Carlos. *Introdução ao Conceito de Tecnologia Assistiva 2006*. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/tecnologia-assistiva>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CANELAS, Antonio, Albino. *Cultura e Políticas Culturais*. Ed. Azougue, 2011.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Editora cultrix São Paulo, 1996.

DA SILVA, Tomaz Tadeu *et al.* A produção social da identidade e da diferença. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

- DA SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo. 1. reimp. *Belo Horizonte: Autêntica*, 2011.
- DE QUADROS, Ronice Müller; SCHMIEDT, Magali LP. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: Mec, SEESP, 2006.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Ed.). *The Sage handbook of qualitative research*. sage, 2011.
- GESSER, Audrei. *LIBRAS: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo. Edições Vértice, 1990.
- KENSKI, V. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papirus, 2003.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- NOGUEIRA, Maria Alice. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. *Revista Brasileira de Educação*, n. 26, p. 133-144, 2004.
- QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- RAFFESTIN, Claude; DO PODER, *Por Uma Geografia do Poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SCHALLENBERGER, A. *Ciberhumor nas comunidades surdas*. 72f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. Edições Loyola, 1993.
- SOARES, Magda. *Letramento-um tema em três gêneros*. Autêntica, 2018.
- VIEIRA, Anna da Soledade. *Redes de ICT e a participação brasileira*. Brasília: IBICT, 1994.

Recebido em: 27/10/2021.

Aprovado em: 14/12/2021.